

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

**PATRÍCIA DA COSTA KUSMA**

**A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO AMBIENTE ESCOLAR**

Possibilidades e mudanças

**Porto Alegre**

**2010**

**Patrícia da Costa Kusma**

**A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NO AMBIENTE ESCOLAR**

Possibilidades e mudanças

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS.

**Orientadora:**

**Profa. Dra. Gláucia Regina de Souza**

**Tutora:**

**Letícia Schmarczek Figueiredo**

**Porto Alegre**

**2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Reitor:** Prof. Carlos Alexandre Netto

**Vice-Reitor:** Prof. Rui Vicente Oppermann

**Pró-Reitor de Graduação:** Prof<sup>a</sup> Valquiria Link Bassani

**Diretor da Faculdade de Educação:** Prof. Johannes Doll

**Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura na modalidade a distância/PEAD:** Profas. Rosane Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

Dedico este trabalho a Deus, à minha família, à minha filha Aimée e a todos aqueles que acreditam numa Educação para Todos.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho só pode ser concluído porque muitos são os atores que se fizeram presentes na sua elaboração.

Primeiro, Deus, que me permitiu chegar até aqui, me deu forças nas adversidades para que eu pudesse acreditar que isto seria possível.

Aos meus pais, Adão e Lara, incansáveis e sempre presentes, me apoiando, acreditando, junto comigo, no que eu acredito e faço.

À minha filha Aimée, que, embora eu tenha sido ausente nos momentos em que mais precisou de mim, compreendeu, em parte, que isto era necessário.

Aos meus colegas de trabalho, que suportaram os momentos em que estive ausente, mesmo de corpo presente.

À minha amiga Íris Dias, que compartilha dos mesmos ideais, de luta contra o preconceito e por simplesmente, ser amiga em todos os momentos, alegres e, principalmente, os tristes.

À minha amiga Ivanize Honorato, negra de cor e alma, que sempre acreditou no meu potencial e abriu as portas da sua escola, pois acreditava que eu poderia fazer a diferença. Espero não a ter decepcionado.

À minha amigona Ariane Kovalevski, que muitas vezes segurou a barra na EJA, para que eu pudesse ir às aulas presenciais da UFRGS e por ser o ombro nos momentos de tensão.

À minha amiga Karina Freitas, que mesmo distante, esteve presente em todos os momentos da construção deste trabalho, apoiando, fortalecendo nossa relação de amizade.

À minha orientadora Gláucia e à tutora Letícia, pelo apoio e pela orientação para que meu trabalho tivesse a qualidade que o tema merece.

Termo aqui, agradecendo e pedindo as bênçãos dos meus orixás. Axé!

Valeu Zumbi  
O grito forte dos Palmares  
Que correu terras céus e mares  
Influenciando a Abolição  
Zumbi valeu  
Hoje a Vila é Kizomba  
É batuque, canto e dança  
Jogo e Maracatu  
(Martinho da Vila, Kizomba,  
Festa da raça)

## RESUMO

O presente trabalho pretende abordar o que trata a Lei 10.639/03 e os documentos oficiais que concernem à Lei estudada, bem como a forma como podem ser desenvolvidas as temáticas relacionadas às questões afrobrasileiras, através da Literatura, das Artes, da Matemática, da Música e do Cinema. Também pretende-se identificar como as relações raciais acontecem no contexto escolar e fora dele, como o educando identifica e percebe os saberes populares de origem africana, como está sendo abordado o assunto na escola analisada e o perfil dos professores desta instituição. A prática, através do Estágio Curricular, será exposto e analisado, a fim de mostrar como é possível desenvolver os valores civilizatórios africanos. Também objetiva-se investigar as possíveis mudanças para a efetiva execução de um projeto de qualidade no que tange ao assunto estudado.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03. Preconceito racial. Cultura afro-brasileira.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico do tempo de magistério.....	31
Figura 2 – Gráfico do tempo de atuação na E.M.E.F Paulo Beck.....	32
Figura 3 – Gráfico da formação acadêmica.....	33
Figura 4 - Gráfico do Conhecimento da Lei 10.639/03.....	34
Figura 5 – Gráfico sobre o Desenvolvimento da temática em sala de aula.....	35
Figura 6 – Gráfico sobre os materiais disponíveis na escola.....	36
Figura 7 – Gráfico sobre as estratégias de efetivação da Lei 10.639/03.....	37

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. A lei 10.639/03: uma nova abordagem aos temas africanos no contexto educacional.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Material didático referente à temática .....</b>	<b>18</b>
<b>3. E.M.E.F Paulo Beck à luz da Lei 10.639/03 .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Projeto de estágio .....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 Análise da pesquisa realizada .....</b>	<b>30</b>
<b>3.3 Possibilidade de mudanças .....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO A – Projeto E.M.E.F Paulo Beck.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O que sabemos sobre a África? Pouca coisa, garanto. Temos uma visão negativa do continente, desconhecendo sua cultura, aliás cultura riquíssima, já que um continente composto de 57 países, possui centenas de povos. Cultura essa, que não pode ser negada, o que tem acontecido há séculos. A África é geradora da diversidade geográfica, dos tipos físicos humanos, da variedade de formas lingüísticas, da riqueza na formação de rios, da diversidade de animais, de vegetação, mas principalmente é geradora de uma rica e significativa diversidade cultural.

O historiador Joseph Ki-Zerbo (2006) redescobriu a história africana e reinterpretou a história mundial, a partir de uma perspectiva africana

A África é o berço da Humanidade. Todos os cientistas do mundo admitem hoje que o ser humano emergiu na África. Ninguém o contesta, mas muita gente esquece isso. Estou certo de que se Adão e Eva tivessem aparecido no Texas, ouviríamos falar disso todo dia na CNN. É verdade que os próprios africanos não exploram suficientemente esta 'vantagem comparativa', que consiste no fato de que a África foi o berço de invenções fundamentais constitutivas da espécie humana durante centena de milhares de anos. Foi a partir do continente africano que o Homo Erectus, graças ao fogo que descobriu (Prometeu também era africano) e graças a biface – instrumento e arma muito eficiente – pode migrar para a Europa: outrora no Norte do planeta, coberta de calotas geladas, a vinda era impossível; não há vestígios humanos na Europa, nos períodos mais recuados. (Ki-Zerbo, 2006, p.13).

A história da civilização africana data de cerca de 150.000 anos a.C., enquanto que a civilização européia data apenas 40.000 a.C. Com a ocupação européia, foram criados obstáculos ao desenvolvimento tecnológico e científico do continente africano. A metalurgia, a agricultura, a pecuária, a mineração, a tecelagem, a cerâmica, a música, a arquitetura, a medicina, a língua são exemplos do legado africano que os portugueses encontraram no século XV, quando desencadearam o período de decadência do continente em progresso, causando prejuízos irreparáveis a toda humanidade.

Onde o Brasil entra nessa história? A diáspora africana trouxe consigo esses elementos acima citados, constituindo assim a cultura afro-brasileira a partir da matriz africana.

Por anos a sociedade brasileira, com valores embranquecidos pela visão eurocêntrica instituída pela colonização portuguesa negou a cultura afro-brasileira, fazendo com que o racismo e o preconceito permanecesse vivo até os dias de hoje. Acredita-se que o racismo diminuiu, porém falamos de um racismo velado, como se pairasse pelo ar. Os negros, alvos de brincadeiras, piadas fora do contexto histórico-cultural que advém essa etnia, tornaram-se invisíveis aos olhos da nossa sociedade. Foi preciso que movimentos fossem criados a fim de reivindicar seus direitos, que outrora foram suprimidos.

A Constituição da República Federativa do Brasil possui enquanto pressuposto

(...) assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social (...). (BRASIL, 1988, p. 1)

Seus princípios, com base na supremacia dos Direitos Humanos vem acompanhada, no campo educacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, que está articulada com a diversidade, através do respeito às manifestações culturais, assim como um currículo que atenda às necessidades de todas as partes envolvidas na relação ensino-aprendizagem.

A luta então se fortaleceu a fim de resgatar essa identidade invisível e fragilizada por meio do Movimento Negro Unificado, que através da criação da Lei 10.639/03 no Congresso Nacional aprovou a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. É nesse momento que se vislumbra a possibilidade de desvendar o outro lado da história, seus motivos, costumes,

tradições, tão silenciados ao longo de séculos de eurocentrismo na educação brasileira.

O presente trabalho pretende apresentar de forma sistemática dividido por capítulos o que concerne a Lei 10.639/03 e seus pormenores. De forma investigativa, procurarei identificar quais abordagens são realmente eficazes para a implementação da Lei nas escolas, materiais didáticos que visam contribuir para prática de ações afirmativas e anti-racistas a fim de eliminar os estereótipos que estão presentes a cerca desta etnia.

Para embasar este trabalho, terei como fonte de pesquisas os estudos feitos por Nilma Gomes, que aborda a questão do racismo e identidade na escola e junto dela Kabengele Munanga, Luiz Alberto Gonçalves, Ione Jovino, Fúlvia Rosemberg, Regina Zilbermann, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As leituras realizadas na disciplina de Questões étnico-raciais serão de grande valia, para que as minhas indagações e afirmações estejam correlatas com o assunto pretendido para este trabalho.

Mapear de que forma essa temática está sendo abordada na E.M.E.F Paulo Beck também faz parte do foco dessa pesquisa. Partindo de um questionário com os professores da referida Instituição, buscarei subsídios para análise do que e como está sendo trabalhado para, assim, poder sugerir metodologias para a devida adequação do tema ao currículo.

## **2 A LEI 10.639/03: UMA NOVA ABORDAGEM AOS TEMAS AFRICANOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

A instituição de uma nova Constituição Federal, em 1988, oportunizou o amparo que confere às minorias o direito à diversidade. Constitui um de seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1988, p. 3).

Em segmento a essa determinação, ano de 1996 foi um marco para a educação brasileira. Seria neste ano aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), nº 9.394/ 96. Conforme à Constituição, a LDB confirma a importância das ações transdisciplinares, principalmente ao resgate da cultura popular e à valorização da pluralidade cultural.

O parágrafo quarto, artigo 26, expressa bem a questão, de que a Diversidade deva estar adequada às características regionais e locais da sociedade, assim como ter uma base nacional comum

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. (BRASIL, 1996)

Contudo ainda não havia especificidade no que se refere a um currículo que envolvesse conteúdos de variadas culturas. A lacuna deu vazão à continuidade de uma prática descontextualizada, distante da realidade multicultural a qual pertencemos. E a diversidade propriamente dita fora maquiada, novamente, com valores eurocêntricos, carregados de preconceitos e racismo ocultos.

A partir da entrada em vigor da lei 10.639 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e cultura afro-brasileira, os estabelecimentos de ensino, tanto públicos, quanto privados, encontram-se diante do desafio de concretizar tal determinação. A partir desta necessidade, é urgente a realização de mudanças na estrutura e no funcionamento de todas as instituições escolares da Educação Básica, no seu todo, de modo que a temática esteja presente em todos os ambientes de aprendizagem. Assim, faz-se necessária, de acordo com as Diretrizes

## Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a

inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino - de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, a discriminações, ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana. (DCN)

Realmente a publicação desta lei foi um considerável avanço em termos de legislação, pois altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação já que nela inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”.

Ao sancionar a Lei, o Presidente da República vetou parte da Lei aprovada pelo Congresso Nacional. Fora, dois vetos: um ao Parágrafo Terceiro do artigo 26-A, outro ao Artigo 79-B:

Parágrafo terceiro do Art. 26-A – As disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino médio deverão dedicar, pelo menos, dez por cento de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida nesta Lei.

Artigo 79-B – Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria.

Assim, no dia 10 de março de 2004, a fim de regulamentar a lei, o parecer CNE/CP 003/2004, elaborado pela Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, é aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de educação de 2004, e é de leitura fundamental para os envolvidos na implantação da LDB/Lei 10.639/2003 - administradores de sistemas de ensino, mantenedores, professores e todos os que elaboram, executam e avaliam programa de interesse educacional de planos institucionais, pedagógicos e de ensino (CEERT, 2005).

O Parecer, além de levantar uma série de princípios a respeito da questão racial e educação, apresenta um conjunto de indicações de conteúdos a serem abrangidos pelo currículo nas diferentes áreas do conhecimento. Também indica ações a serem tomadas pelo poder público das três esferas, para a implementação da Lei; entre elas, a necessidade de investimento na formação dos professores, o mapeamento e divulgação das experiências pedagógicas das escolas, a articulação

entre os sistemas de ensino e a confecção de livros e materiais didáticos que abordem a questão étnica e racial da nação brasileira.

Assim, o texto apresenta subsídios ao Estado e à sociedade a tomarem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravagista, e a evitarem políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, desde a abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações.

A iniciativa de promover o estudo do conteúdo educacional referente à realidade social do(a) negro(a) ontem e hoje, tem o propósito de fazer com que o amanhã não seja repetição da situação atual, que privilegia, ainda, a reprodução do racismo na educação, gerando conseqüências devastadoras para a consciência de muitas crianças e jovens negros(as), que ao não se verem nos livros didáticos, seja em palavras ou em imagens, sofrem um verdadeiro genocídio.

Esta lei nos faz ultrapassar o estágio de ser contra ou a favor de políticas focalizadas em demandas específicas.

Passamos do estágio da axiomática (ser contra ou a favor das políticas de ação afirmativa) para o histórico-sociológico, ou seja, estamos em momento de compreender como se torna viável essa forma de intervenção, ou de como o processo das políticas focalizadas, ou políticas afirmativas, interfere na reversão das desigualdades e instaura processos de construção da igualdade social (GONÇALVES, 2007, p. 13).

Uma das principais justificativas à necessidade da nova legislação educacional, segundo o Parecer, é a necessidade de reconhecimento e valorização da história, da cultura e da contribuição dos negros na sociedade brasileira, visando desconstruir o mito da democracia racial:

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este

que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (BRASIL - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004).

A escola é um espaço privilegiado para a superação do racismo e, para isso, deve ter o envolvimento de todos os educadores:

Mais um equívoco a superar é a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. A escola enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004).

O conhecimento da História da África e Cultura Afro-Brasileira são importantes, não só para os negros, mas para toda a sociedade brasileira, tendo em vista nossa composição étnico-racial:

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004)..

Kabengele Munanga apresenta essa necessidade acima mencionada quando afirma

A questão da identidade é de extrema importância para compreender os problemas da educação. Num país como o Brasil, ou melhor, em todos os países do mundo hoje pluralistas, as relações entre democracia, cidadania e educação não podem ser tratadas sem considerar o multiculturalismo. No entanto, cada país deve formular os conteúdos do seu multiculturalismo de

acordo com as peculiaridades de seus problemas sociais, étnicos, de gêneros, de raça, etc.(MUNANGA, 2005)

A questão racial circula em todos os meios, porém na escola é pouco visto, acarretando em situação de degradação, preconceito e racismo. Considerando a necessidade de trabalhar tais conceitos e transpor ações afirmativas na sala de aula, apresenta-se no próximo tópico, sugestões de procedimentos metodológicos, pois poucos são os materiais referentes à temática africana, e muitos devem ser analisados de forma criteriosa, de forma que não continuemos a propagar o preconceito e o racismo velados.

## **2.1 Procedimentos metodológicos**

Uma educação das relações etnicorraciais envolve práticas pedagógico-culturais que produzem e põem a funcionar identidades e diferenças. Ao ressaltar experiências racializadas que são negadas no espaço institucional escolar, que, majoritariamente, constitui uma prática corporal de disciplinamento baseada num olhar branco e eurocêntrico, estas práticas abrem espaço para a constituição de representações alternativas no processo de identificação e de diferença cultural, propiciando um contexto positivo para os processos de identificação de sujeitos negros nas relações etnicorraciais no espaço escolar.

O questionamento das atuais relações raciais não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros – o mesmo se pensarmos criticamente as desigualdades de gênero, não diz respeito só às mulheres (os homens necessariamente devem estar envolvidos na reflexão) – uma vez que todos e todas devemos ser educados enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica e que promova a igualdade de gênero, que sejamos capazes de construir uma nação democrática.

Devemos agregar informações sobre a história da África e dos afrodescendentes, assim como refletir sobre o papel do patrimônio simbólico africano nas sociedades americanas. No caso brasileiro, será preciso reconhecer o quanto os valores civilizatórios africanos estão integrados no nosso cotidiano e

contribuem decisivamente para que sejamos quem somos, participantes de uma sociedade multirracial e multiétnica.

## **2. 2 Material didático referente à temática**

Pensando na reformulação dos padrões ideológicos, a literatura infantil atua dentro de uma perspectiva instigante junto a essa proposta. A literatura infantil, assim como os demais gêneros, é um campo eficaz na criação de estereótipos e de reprodução de valores atribuídos pela sociedade, configurando como um gênero que atua na construção ideológica.

Desta forma, a literatura infantil, como qualquer forma de arte, não pode ser compreendida apenas como produto cultural, mas sim ideológico, carregado de sentido e capaz de provocar mudança de atitudes e padrões de uma classe social:

Em livros de história, aparentemente ingênuos ou em deliciosos contos de fada, não é difícil perceber, através da trama, dos personagens e dos diálogos, se não do próprio assunto, a classe a que os autores pertencem ou que representam, com suas concepções de vida, seus valores e seus preconceitos. (ZILBERMAN, 1988, p.336).

Considerando estes aspectos, é possível perceber que a literatura funciona como um espelho dos valores sociais nos temas e sentidos das histórias, portanto, é preciso entender as diferenças e as afirmações da cultura europeizada, em parte tradicional, com base no círculo familiar e em oposição aos valores das demais etnias. Histórias que apresentam personagens diferentes etnicamente do que estamos acostumados abrem um leque para uma nova ideia de beleza e atuam na ruptura de padrões estéticos.

Muitos aspectos passam despercebidos e atuam como inocentes recursos textuais e que agem como reforço de preconceitos sobre a forma como cada personagem é descrito, ou seja, a forma como são atribuídos os adjetivos a cada personagem, dando um valor positivo ou negativo a ele e, também, na construção da identidade do leitor. Ideologias de branqueamento ou até mesmo a superioridade de uma raça à negação de uma etnia

Algo interessante para refletirmos é o fato de nos serem dados a conhecer a literatura sempre a partir de um referencial europeu. Fomos acostumados às diversas adaptações de contos de fadas como Cinderela, Chapeuzinho Vermelho, Joãozinho e Maria, Branca de neve ou às diversas histórias do livro Mil e uma noites. (JOVINO: 2006: 183)

O negro sempre foi representado como personagem subserviente ou conivente com os saberes dos brancos, o que gerou um reforço negativo desta etnia, declarada como uma classe inferiorizada e marginalizada em relação aos demais. Desenvolver um trabalho baseado na educação para as relações étnico-raciais deve incluir a ênfase em uma literatura que venha envolver o negro em situações anti-racistas, onde ele tome a frente nas situações, seja personagem principal, ou em atividades socioeconômicas valorizadas socialmente, buscando, dessa forma, garantir políticas educacionais voltadas às questões étnico-raciais.

O papel do educador é considerar a existência de literaturas que apresentam abordagens diversificadas, a fim de contribuir para a afirmação da identidade cultural do negro e do africano. O imaginário infantil é um mundo de possibilidades e serve à renovação das relações étnico-raciais.

A seguir, proponho uma análise de obras, dentre tantas possíveis e ainda desconhecidas ou mal utilizadas, que reformulam o papel social do negro na literatura infantil podendo ser trabalhadas desde a Educação Infantil.

A primeira obra a ser analisada foi utilizada na prática de estágio com a turma de 3º ano da E.M.E.F Paulo Beck, como forma de introduzir o assunto Diversidade, que era o tema principal do projeto de estágio. Considero um desafio trabalhar questões étnicas, devido ao enraizamento do preconceito que existe dentro das pessoas desde quando são crianças. Na semana em que iniciei o trabalho, apesar de ter tido sucesso em algumas atividades, posso dizer que começar o tema foi um pouco complicado, já que os alunos estavam acostumados com histórias em que os personagens eram brancos, e eu apresentei uma história em que a personagem principal é negra, 'Menina bonita do laço de fita', Ana Maria Machado. Quando estávamos discutindo sobre o que a história quis transmitir, muitas vezes eles comparavam a personagem com uma colega negra, e esta ficava bastante tímida,

mais do que já é. Sutilmente, eu, nos questionamentos que envolviam a aluna, proporcionei situações em que ela não se sentisse constrangida, bem pelo contrário, se sentisse orgulhosa de ser comparada com a personagem da história. Esta história enfoca bem a questão do diferente e a “mistura” dos povos, neste caso representado pelo coelho branco que, ao casar-se com uma coelha negra, teve vários filhotes diferentes, da mesma forma como está constituído o nosso país.

A história “O cabelo de Lelé”, Valéria Belém, também foi uma das histórias trabalhadas neste período. Abordou, principalmente, a questão da beleza negra, as inúmeras possibilidades de trançar o cabelo, que aos olhos da sociedade europeizada, é chamado de cabelo ruim, crespo e pixaim. Percebem-se esses valores enraizados, porém passíveis de serem modificados, de acordo com a abordagem tomada. Diante de uma oficina de trança afro, os alunos puderam ter a possibilidade de verem seu cabelo trançado, assim como a personagem da história trabalhada. Conversamos sobre o cabelo afro e o porquê de ele ser assim, pois, como em algumas regiões da África faz muito calor, é necessário que ele seja grosso, para suportar o clima. Além disso, salientei que as tranças têm um sentido, não só estético, como é visto nos dias de hoje. As tranças eram feitas nos tumbeiros para marcar as famílias e cada trançado significava um sobrenome. Isto servia para que se os negros fossem separados, e, depois, se reconhecerem e agruparem a família.

Abordando os contos de fadas, tem-se a possibilidade de utilizar histórias em que as(os) personagens são negros, o que no começo pode causar espanto, já que o sabido é serem brancos, devido à cultura que vem sendo abordada há muito nos bancos escolares. “O sapo e a princesa”, conto de fadas, filme produzido nos estúdios Disney, enfoca a história de uma personagem negra, pobre, que, como em todo conto de fadas, tem seu final feliz. Essa história possui o enredo igual aos demais, o que diferencia é a etnia da personagem. Outra história, que também é uma releitura dos contos tradicionais, é a história “Pretinha de neve e os sete gigantes”, Rubem Filho, que reinterpreta o conto de fadas Branca de Neve e o sete anões e o transporta para outro espaço - o continente africano -, adaptando os elementos do conto aos hábitos e costumes daquela região.

O recontar de mitos africanos, dando outra visão à criação do mundo, é fundamental para que os alunos possam valorizar o outro em nós, posto que estes mitos fazem parte de nosso comportamento social e individual e, por vezes, não percebemos isso.

Além do trabalho com as histórias infantis que abordam a temática afro-brasileira, e especialmente com personagens negros, é importante diversificar a metodologia de trabalho, utilizando a música, a arte, a culinária e os demais aspectos culturais que evidenciam a cultura negra. O diálogo com a questão racial ultrapassa os conteúdos curriculares, visto que é necessário resgatar a auto-estima dos alunos, afirmando a positividade das diferenças individuais e de grupos a partir da valorização da história familiar dos alunos, das pessoas de sua escola, bairro, comunidade e suas diferenças culturais.

Dentro da perspectiva de reconhecer e de valorizar a participação do povo negro na construção da cultura nacional, uma interessante sugestão de atividade, é o estudo de palavras de origem africana que são comuns em nosso idioma, confeccionando um dicionário desses termos. Por meio delas, poderá se fazer uma reflexão acerca da participação africana na formação cultural brasileira.

Fazer, quando possível, visitas a territórios negros e locais de memória (centro da cidade, igrejas, terreiros de religião de matriz africana, bairros da cidade, comunidade quilombolas, museus), sistematizar a visita e após registrar em forma de gráficos, maquetes, montagem de murais, desenhos do percurso observado e se possível, utilizar a linguagem digital e produzir um clipe associando imagens e anotações, também são sugestões de trabalho com questões africanas.

A Matemática e a Arte Africana auxiliam e reforçam o entendimento da História Africana, assim como os conteúdos das áreas mencionadas. Os antigos símbolos da arte iorubá podem ajudar no entendimento e no uso de alguns conceitos geométricos, como também para entender o uso das coordenadas geográficas, quando forem usadas para multiplicação e ampliação dos desenhos. Enfim, ajudar no desenvolvimento de conceitos topológicos fundamentais como

medidas, geometria etc. Portanto, além de promover maior conhecimento sobre a cultura negra, servem como instrumento na construção de conhecimentos. Para tanto, um bom recurso é a utilização dos tecidos africanos, pois, além do sentido cultural dos mesmos, há as formas neles desenhadas.

Promover discussões acerca da imagem da população negra representada nas novelas das redes de televisão, além dos filmes que apresentam a temática como assunto é muito importante. Um filme que mostra bem a situação do negro em relação ao preconceito e racismo é o “Vista minha pele” (Araújo, 2003), produzido pela CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), pois aborda a temática racial do ponto de vista do negro, sendo o branco o alvo do racismo e do preconceito. Permite que haja a discussão de como seria se fosse o contrário.

O homem, por si só, é um ser musical, pois produzimos sons em diversas situações. A música é um excelente instrumento, pois temos no samba e no rap, manifestações culturais de afro-descendência, material vivo e atual. Mostrar para os alunos os samba-enredos das escolas de samba, apresentados no passado e na atualidade, bem como os *raps* que abordam a realidade social vivida pelos negros que moram na periferia. Os jovens ouvem tanta música de baixa qualidade, o que está na mídia, o que vende, então se faz necessário que o professor apresente músicas de cunho social e que venham a acrescentar na sua caminhada pessoal e acadêmica.

Na nova terra/Novos povos, novas línguas  
Pelourinho, dor, à míngua/Nunca mais pude voltar.  
E mesmo escravo/Nas caldeiras das usinas  
Nas senzalas e nas minas/Nova raça fiz brotar.  
Hoje, essa terra/Tem meu cheiro, minha cor  
O meu sangue, meu tambor,/Minha saga pra lembrar.  
(Antonio Nóbrega e Wilson Freire, 1997)

Enfocando a beleza do negro e sua força, também podemos apresentar músicas que dignificam a sua imagem, não apenas reforçando a ideia de escravos, sofridos, mas sim, aqueles que vieram pra cá, obrigados, porém sua cultura também os acompanhou

Um abraço negro/Um sorriso negro  
Traz felicidade/Negro sem emprego  
Fica sem sossego  
Negro /É a raiz da liberdade

Negro é uma cor de respeito  
Negro é inspiração  
Negro é silêncio, é luto  
Negro é a solidão

Negro que já foi escravo  
Negro é a voz da verdade  
Negro é silêncio é a luta  
Negro também é saudade

(Dona Ivone Lara)

Inúmeras são as possibilidades de desenvolver um trabalho de efetivo valor. Basta que utilizemos os recursos disponíveis, além de explorar a realidade. Quantos são os negros da minha comunidade? Quais as profissões exercidas pelas pessoas da etnia referida? Começar por essas questões já são um mote pra um projeto sobre diversidade e igualdade racial, podendo ser desenvolvido em quaisquer níveis da Educação Básica.

### **3 E.M.E.F PAULO BECK À LUZ DA LEI 10.639/03**

A escola está localizada na zona oeste da cidade, lado esquerdo da BR-116, sentido POA-interior. Há ônibus que vem do centro, Vila Paim, empresa Sinoscap. Quem vem de carro, segue pela Avenida João Corrêa, atravessa o viaduto da BR-116, passa a sinaleira e entra a 2ª a direita, no final da rua, entra a esquerda, a 1ª a direita e a 1ª a esquerda. É uma comunidade bastante carente, famílias numerosas, algumas se sustentam com a reciclagem. A triste realidade é a incidência de violência, tráfico e consumo de drogas, atingindo também os alunos da escola. Há poucas possibilidades de lazer: há uma praça, com brinquedos precários e uma cancha de areia. Há a Casa da criança, que atende crianças no turno contrário, a ONG Lennon pela Paz e a ONG Amigos em Ação. Além disso, há a Associação de Moradores da Vila Paim, que promove o café convívio, o acolhimento a drogados e familiares, o Crás, que atende a um grupo de mulheres e Terceira Idade e o Posto de Saúde Familiar, com atendimento médico e odontológico. Há o chamado Sopão, que possui turmas de pré-escola, para os alunos que não conseguem vaga nas escolas. Há uma parceria com uma casa espírita, chamada Luz e Fé. O comércio é variado, há mercados, borracharias, mecânicos, funilaria, lan house, salões de beleza, lojas de roupa e calçados, restaurante, bazar. Uma igreja católica e outra evangélica. A escola é o escudo da comunidade, auxiliando na proteção e na alimentação das crianças, já que muitas delas têm na escola o que não têm em casa, visto que não me refiro só ao material, mas sim no sentido afetivo. Percebe-se agora um reconhecimento pelo trabalho realizado pela escola, que auxilia, mas cobra um retorno das famílias e da comunidade.

A escola atende os três turnos, tem aproximadamente 850 alunos, com faixa etária dos 6 aos 45 anos, 50 professores, 8 funcionárias e 7 terceirizadas. A população atendida é bastante carente. A escola possui 15 salas de aula, biblioteca, refeitório e cozinha, sala dos professores com banheiro, sala para as funcionárias, 1 quadra de esportes coberta, 3 pátios, 1 sala da Escola Aberta, 3 salas do Mais Educação(programa que atende alunos do 2º e 3º anos), laboratório de informática, com 9 computadores e 5 mesas pedagógicas da Positivo. Há conexão com a Internet do tipo banda larga, mas o uso do equipamento deve ser feito mediante

reserva de horário. As reuniões são realizadas nas 6ª feiras, divididas entre: Geral, Séries Iniciais e Área. As reuniões da EJA também são na 6ª feira. A equipe administrativa é composta por Diretor, Vice-Diretora e dois supervisores. O regimento, outorgado pela Mantenedora, o PPP da escola, foi elaborado pela comunidade escolar, que contempla a sistemática de trabalho do professor, assim como o sistema de avaliação. A proposta visa à autonomia do trabalho do professor, assim como a do aluno, visando à construção da cidadania e de valores éticos. A avaliação é contínua e cumulativa, atribuindo-se conceitos MS(Muito satisfatório), S(satisfatório) e I(insuficiente). Os resultados da avaliação são informados às famílias através de parecer descritivo e conceito.

As interações entre comunidade e escola são feitas através das reuniões, festas e eventos organizados pela escola.

A exclusão, nesta realidade, não é apenas racial, mas sim social. O trabalho com as questões étnico-raciais auxilia na elevação da auto-estima do corpo discente e também docente, que vê seu trabalho valorizado, com sentido real.

### **3.1 Projeto de estágio**

A ausência da História Africana e afro-brasileira é uma das lacunas de grande importância nos sistemas educacionais brasileiros. Esta ausência traz consequências sobre a população do nosso país. Tomando o ambiente brasileiro como de exclusões étnicas, o qual denomina de racismos, existe um processo de criação de credos sobre a inferioridade do negro, do africano, dos afro-descendentes. Desta forma a ausência de uma história desses povos retira a oportunidade de construir uma identidade positiva sobre as nossas origens. Essa ausência abre espaço para hipóteses preconceituosas, desinformadas ou racistas sobre as nossas origens, criando assim terreno fértil para produção e difusão de idéias erradas e racistas sobre as origens da população negra. Tal atitude alimenta um universo do Africano e afro-descendente como ignorante, inculto, incivilizado e do indígena como sujo, preguiçoso. A ausência da história afro-indígena nos currículos induz à idéia de que ela não existe, de que não faz parte do conhecimento a ser transmitido.

O trabalho desenvolvido por mim refere-se à Lei 10.639/03, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura Afro-brasileira e Africana. A educação anti-racista deve começar cedo, pois a apropriação de novas aprendizagens, a partir de reflexões e de esclarecimentos sobre outras culturas é muito importante nessa fase. Pensando nessa abordagem, busquei subsídios de tornar essa “obrigatoriedade” em algo prazeroso e proveitoso, de forma a mudar conceitos e paradigmas, com alunos de 3º ano.

Percebi que foram bastante positivos os resultados obtidos com o estágio, principalmente no que diz respeito à motivação dos meus alunos e ao interesse pelas aulas, que foram bastante produtivas. A cada dia um momento diferente, acontecimentos que envolviam os alunos e que chamavam a atenção para as aulas, como os diálogos, os vídeos, as leituras compartilhadas, bem como as confecções de painéis, a ida ao laboratório de informática, a recreação, dentre outras ações.

Paulo Freire deixou um legado bastante significativo em relação ao aprender e aproveitei uma de suas lições para iniciar o relato de algumas atividades realizadas no estágio, que diz *“Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.”* As atividades que fiz com a turma no estágio curricular foram bastante motivadoras e possibilitaram que meus alunos pudessem se sentir sujeitos de sua aprendizagem, pois o envolvimento foi mais intenso do que o normal. Fomos pesquisar no Laboratório de Informática as receitas de origem afro-brasileira. Perceberam que muitas das receitas vistas fazem parte de suas vidas e comentavam entre si sobre elas. Na sala de aula, tabulamos os dados em forma de gráfico e foi feito o registro no caderno. Logo em seguida, organizei o espaço para que pudessemos transformar a sala de aula numa grande cozinha. Disse que faríamos um prato de origem africana e que se chamava “Mungunzá”. Ficaram espantados por causa do nome e não sabiam o que era. Perguntei se nunca tinham comido canjica com leite e eles: “Ahhh, é isso, profe?”. Disse que era, mas faríamos da forma correta, com todos os ingredientes e não só com leite e açúcar. No momento da preparação ressaltéi que teriam que prestar bastante atenção aos passos, por que depois teriam que escrever

no livro de receitas o modo de preparo do doce. Bastante atentos e solícitos, todos queriam mexer o líquido, logo em seguida quando coloquei a canjica(cozida previamente em panela de pressão), deixei que mexessem para não pegar no fundo. Estavam bastante ansiosos para que ficasse pronta logo e no momento da degustação, apenas um aluno não quis comer, perguntei por que e ele disse que não gostava, perguntei então se ele já tinha comido e o mesmo disse que não. Resolvi não insistir. Depois desse momento, registramos a receita no livro, começamos o registro juntos, devido a quantidade de ingredientes e pedi que o modo de preparo fosse feito individualmente. Ao passo que iam terminando de escrever, vinham me mostrar, assinalava o que deviam corrigir, assim foi até o final da aula, pois esqueciam os passos, pulavam etapas e era preciso relembra-los do que havíamos feito. E o mais interessante foi que a parte mais suprimida no modo de preparo foi a parte que eu fiz em casa, de cozinhar a canjica, esqueciam por que não presenciaram, apenas falei que se não tivesse cozinhado na panela de pressão certamente não teríamos comido nesta tarde. Além da degustação, a atividade proporcionou outros momentos, pois fomos ao mercado do bairro pesquisar os preços dos ingredientes, calculamos o valor da receita feita.

Os desdobramentos feitos a partir da história: “Menina bonita do laço de fita”, se deram a partir da observação do mapa mundi e conversamos sobre os povos que vieram para o Brasil. Os alunos devido a pouca idade e também escolaridade, tinham vaga noção dos povos que vieram para o Brasil. Tive que contar brevemente a história das imigrações no Brasil e mostrando no mapa os países de origem dos imigrantes. Foquei a imigração alemã, devido à influência dos mesmos em São Leopoldo e salientei que antes da chegada dos alemães já habitavam essas terras, índios e, mais adiante, negros. Depois da conversa, fizeram algumas atividades escritas relacionadas à história. A proposta seguinte, consistia em reescrever a história a partir das imagens. Cada grupo recebeu uma cópia de uma página e deveriam escrever um parágrafo. No final, reunimos todas as páginas e lemos a “história nova”. Como trabalharam em grupos, no começo foi difícil pra acharem um ponto de acordo pra história que queriam escrever, sendo necessária a intervenção da professora para que entrassem num acordo e que todos saíssem satisfeitos.

Outra atividade que interessou os alunos foi a oficina de beleza. Antes de realizar a atividade, trabalhamos com a história “O cabelo de Lelê”, visto no data-show. Para os alunos, um recurso que já não é mais novidade, devido ao uso freqüente que fazíamos dele. A história conta o dilema de uma menina negra que não sabe o que fazer com seus cabelos e que depois descobre as inúmeras possibilidades de penteado que poderia fazer com ele. Conteí a história duas vezes a pedido dos alunos, e depois eles teriam que desenharem seu auto-retrato com um penteado diferente do que estão acostumados a usar. Depois realizamos a oficina de tranças afro com a aluna da EJA, Joceli Flores, que foi bastante solícita e atenciosa com as crianças e com a professora que também resolveu fazer as tranças. Para os meninos, foi dado gel e pente para eles modelarem seus cabelos. As meninas que não quiseram fazer as tranças ou por que as mães não permitiram, ficaram auxiliando aicineira com as borrachinhas ou até mesmo penteando o cabelo uma da outra.

Nos demais dias, trabalhamos com a Arte africana, especificamente as máscaras e os tecidos africanos. Percebe-se nessas atividades que envolvem criação um maior envolvimento e a sensibilidade artística é latente, pois além de demonstrar interesse pela atividade, demonstram assim aptidões nessa área, que deve ser explorada.

Envolveram-se bastante também na construção do glossário afro-brasileiro, tanto que alguns alunos fizeram mais que uma letra do alfabeto devido ao número de alunos e isso não foi motivo de reclamação para eles. E esse trabalho serviu depois para consulta, pois apontavam as palavras, como quando conteí a história da Criação do Mundo e nela aparece “Ogum” e um aluno disse: “Eu desenhei o Ogum. Ele era um deus guerreiro. Tem até uma espada”.

A história da Criação do Mundo rendeu uma obra abstrata, pois depois que conteí a história criamos um painel com tintas. A ideia inicial era que os alunos desenhassem no painel, mas como são muitos, os desenhos foram se misturando assim como as tintas, o que favoreceu a criação da obra. Confesso que foi difícil pedir que parassem, pois a cada mistura de tinta, queriam mais. O resultado ficou

muito bom e a supervisão da escola pediu que eu guardasse pra mostra pedagógica do município.

É um desafio trabalhar questões étnicas, devido ao enraizamento do preconceito que existe dentro das pessoas desde quando são crianças. Nesta semana, apesar de ter tido sucesso em algumas atividades, posso dizer que começar o tema, foi um pouco complicado, já que os alunos estavam acostumados com histórias onde os personagens eram brancos e eu apresentei uma história que a personagem principal é negra, além de sua mãe e o texto invoca as qualidades das duas de forma clara e objetiva. Quando estávamos discutindo sobre o que a história quis transmitir, muitas vezes eles comparavam a personagem com uma colega negra, esta ficava bastante tímida, mais do que já é. Sutilmente, eu, nos questionamentos envolvia a aluna, de forma a não se sentir constrangida, bem pelo contrário, sentir-se orgulhosa de ser comparada com a personagem da história.

Adquiri novos conhecimentos, vejo que a educação está em constante mudança e evolução. Senti-me segura e consciente, pois proporcionei aos meus alunos aprendizagens significativas e prazerosas.

Creio que professor deve ter sensibilidade e, sobretudo, conhecimento e amparo, para educar, mas sem “podar”, sua alegria, sua energia e sua necessidade de movimento. Meu objetivo pessoal em meu estágio foi integrar as questões teóricas às questões práticas que vivenciei no curso, possibilitando a construção de conhecimento significativo pela ação – reflexão – ação, pois creio que, trabalhando com o assunto africanidade de maneira criativa e também com outras atividades, consegui que meus alunos assumissem um papel de sujeitos investigativos e não o de meros expectadores de seu processo de aprendizagem.

Segundo Piaget, os conteúdos são fundamentais, mas não existem sem a atividade. Ensinar falando pressupõe o esquecimento, ao passo que tudo que se aprende com a ação, pela experiência, fica para sempre. Em muitas atividades levei meu aluno a agir, a participar e a dialogar sobre o que fez.

Como Piaget (1998) já dizia “a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança sendo por isso, indispensável à prática educativa”.

Em muitas atividades o lúdico se faz presente e a imaginação e a criatividade do aluno foram de muito valor para atingir os objetivos do meu estágio.

Para Paulo Freire (2002) “ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a produção do saber auxiliando-o a tornar-se criador, investigador, inquieto, rigorosamente curioso, humilde e persistente.” Em minhas atividades propostas, tudo isso se fez verdade, pois as aprendizagens surgiram por curiosidade dos alunos, que se tornaram investigadores e tiveram a oportunidade de criar.

Meus alunos se encontravam no estágio operatório concreto, já se organizando de forma lógica, gostando de estar e de trabalhar em grupo. Tivemos algumas combinações em sala e estas foram bem compreendidas. A conversação tornou-se possível, pois já eram capazes de argumentar. Observei que as construções, os trabalhos manuais, os desenhos se apresentam bem elaborados e adaptados ao real.

Segundo Nilma Gomes:

(...) a escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (GOMES, 2005)

Trabalhar com questões étnico-raciais é ter a possibilidade de tornar o espaço comum a todos e a escola, um lugar onde as diferenças somam e não afastam. Para mim, isso é importante, enquanto pessoa e profissional.

### **3.2 Análise da pesquisa realizada**

Foi pedido que as professoras de Séries Iniciais respondessem a um questionário relativo à sua prática em sala de aula no que concerne a Lei 10.639/03. As questões respondidas foram as seguintes:

1- Há quanto tempo lecionas?

- 2- Há quanto tempo lecionas nesta escola?
- 3- Qual a sua formação?
- 4- Tens conhecimento do que trata a Lei 10.639/03?
- 5- Trabalhas com a Temática afro-brasileira em sala de aula? Sim, por quê? Não, por quê?
- 6- Há materiais sobre o assunto na escola? Quais?
- 7- O que deveria ser feito, na escola, para que a temática, fosse efetivamente desenvolvida nas salas de aula?

Das 16 professoras solicitadas a responderem, 12 o fizeram. Os dados foram tabulados e registrados em forma de gráfico.

O gráfico 1 apresenta dados sobre o tempo de magistério das entrevistadas, mostra que é um grupo heterogêneo, pois as variações de tempo oscilam bastante.



Figura 1 - Tempo de magistério

O gráfico 2 expõe o tempo de magistério na escola em questão, assim como no outro gráfico, há também oscilações quanto ao tempo de serviço na escola. Cabe salientar que a escola sendo nova, tem apenas 20 anos, há profissionais que trabalham há bastante tempo, demonstrando maior conhecimento da sua realidade,

da sua história. Mas também, os mais novos, mostram-se engajados nessa realidade, tornando o grupo apto a tratar de questões particulares que emana essa realidade.



Figura 2 - Tempo de atuação na escola

O gráfico 3 aponta a formação acadêmica das professoras entrevistadas. Mostra que muitas já possuem graduação e pós-graduação e as demais estão em processo de formação, tendo apenas o magistério, que era requisito para ingresso na carreira pública.

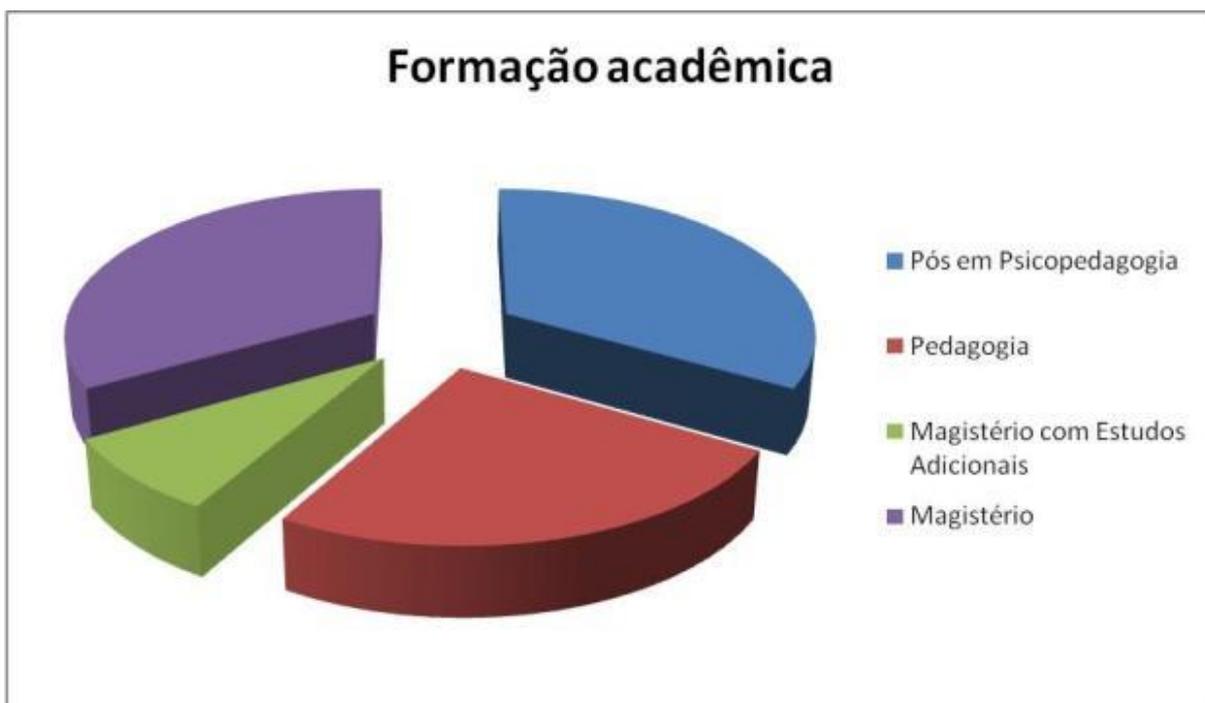
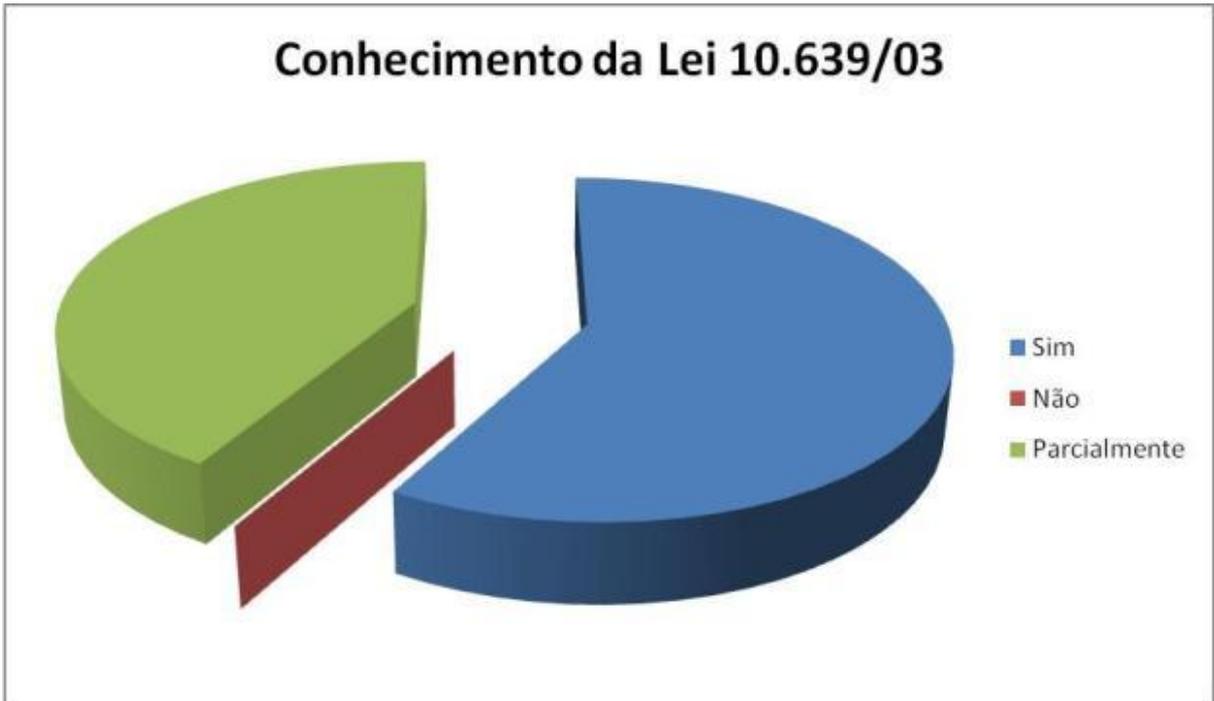


Figura 3 - Formação acadêmica

O gráfico 4, determinante nessa pesquisa, mostra o quanto os professores conhecem ou não a Lei 10.639/03, os professores da escola conhecem a lei, porém alguns apontaram que não a conhecem de forma aprofundada, refletindo assim na sua prática, já que não se pode trabalhar o que não se conhece. Outras razões podem ser elencadas, como a não-aceitação da lei, como imposição, ou até mesmo por terem alguma postura racista em relação ao tema.



**Figura 4 - Conhecimento da Lei 10.639/03**

O gráfico 5 traz uma questão bastante preocupante a partir dos dados que revela, pois 1/3(um terço) dos professores, apenas, trabalham a temática em sala de aula, o que demonstra mais uma vez, a extrema necessidade, de se colocar em prática o projeto que a escola já tem na teoria(ANEXO A).

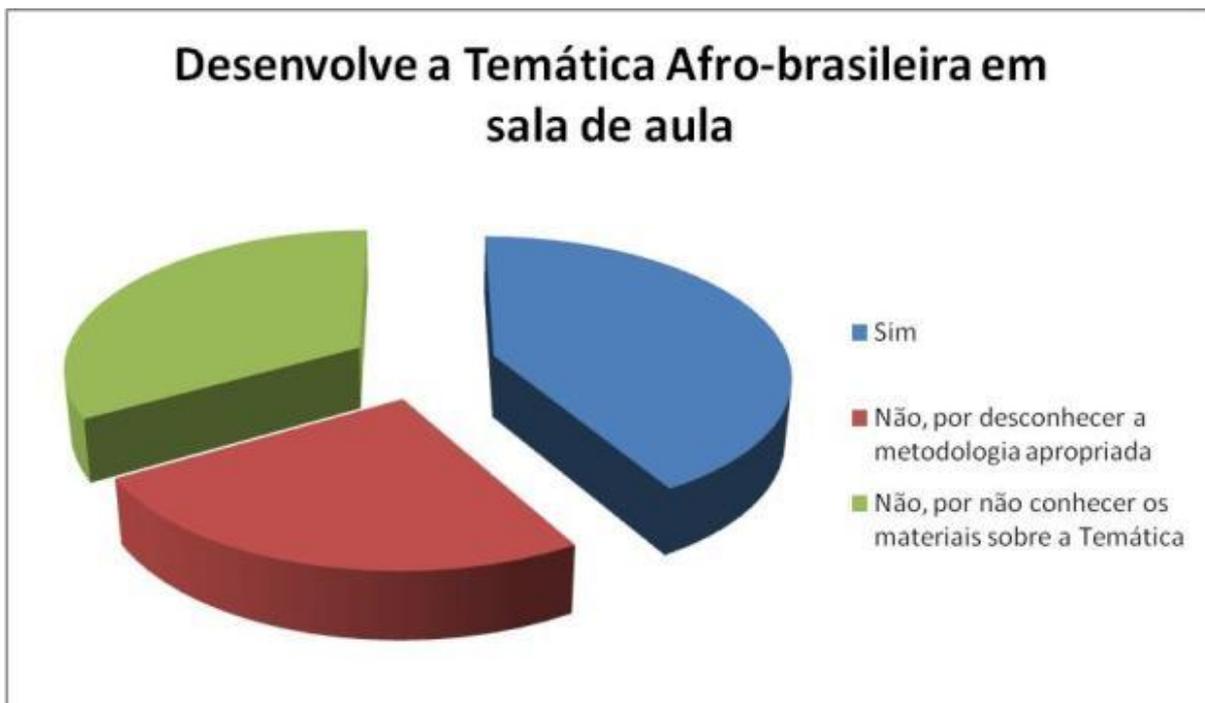


Figura 5 - Desenvolve a temática em sala de aula

O gráfico 6 apresenta dados sobre o conhecimento das entrevistadas em relação aos materiais disponíveis na escola. Há materiais na escola, isto é fato, porém são mal aproveitados e não são postos à disposição dos professores, devido a falta de professor na biblioteca, ficando fechada. Esse gráfico também chama a atenção, pois há muito material interessante sobre a temática e, de fato, atuais, visto que o governo tem mandado pras escolas, muitos livros de apoio ao trabalho do professor e também para serem manuseados pelos alunos.



Figura 6 - Materiais sobre a temática

O gráfico 7 apresenta sugestões, dadas pelas entrevistadas, de ações que a escola poderia desenvolver para desenvolver a temática. Este gráfico mostra o quanto os professores não tem conhecimento da Lei, assim como os demais documentos que concernem à Lei.



Figura 7 - Estratégias para efetivação da Lei 10.639/03

Percebe-se, através das respostas dadas, a necessidade, por parte das professoras, de um acompanhamento e formação específica para desenvolver a temática em sala de aula, pois não se sentem aptas para tal. Reconhecem e têm acesso aos materiais disponíveis na escola e os utilizam em suas aulas, porém a abordagem não passa de uma ou duas aulas, ou em datas específicas, datas especiais, ou melhor, que julgam serem mais apropriadas para tal.

Outra questão levantada nas respostas dadas é a acessibilidade aos materiais didáticos que há na escola, mas não estão à disposição para uso. Questões podem ser levantadas a partir desse fato: Por que existem materiais guardados para que não sejam roubados, já que não há histórico desse tipo de ação na escola? Porque há a falta de recursos humanos para atender na Biblioteca, quando a pessoa designada para tal precisa constantemente substituir colegas, pela falta de professores (atestados médicos)? Ou porque há falta de interesse do professor em buscar o acesso a esse material?

São essas questões que fazem pensar sobre o papel também do professor, que é o de driblar as barreiras, quando se há a vontade de desenvolver um projeto que é de interesse dos alunos e que trará benefícios ao entorno escolar.

### 3.3 Possibilidades de mudanças

Após a pesquisa realizada e conhecendo a realidade a que me refiro, penso que deveria ser posto em prática coletivamente o projeto existente na escola sobre Diversidade (ANEXO A), não apenas desenvolvido por quem acredita estar apto para isso, mas também por aqueles que deveriam, ao menos, disponibilizar a seus alunos o espaço para essa discussão. Aos poucos, a escola estaria dentro, efetivamente, do projeto, que por hora está no papel.

Vale ressaltar que não é apenas salutar a importância de um projeto, mas sim a tomada de consciência por parte dos envolvidos

Discutir sobre a cultura negra também exigirá de nós um posicionamento sobre o que realmente queremos dizer quando apelamos para a construção de projetos e práticas multiculturais (tão em moda ultimamente) e nos direcionará a um compromisso político explícito diante da questão racial, entendida aqui como indissolivelmente ligada ao conjunto de questões sociais, culturais, históricas e políticas do nosso país. Isso nos leva a pensar nas ações afirmativas para o povo negro e à forma como os educadores e as educadoras, negros e brancos, favoráveis à discussão e à inserção da cultura negra no currículo escolar, posicionam-se diante delas. (GOMES, 2003)

Requer, também, uma tomada de posição para e sobre as questões étnico-raciais, para que práticas desusadas não sejam mais aplicadas, evitando assim o reforço ao preconceito e ao mito da democracia racial.

A cultura negra só pode ser entendida na relação com as outras culturas existentes em nosso país. E nessa relação não há nenhuma pureza; antes, existe um processo contínuo de troca bilateral, de mudança, de criação e recriação, de significação e ressignificação. Quando a escola desconsidera esses aspectos ela tende a essencializar a cultura negra e, por conseguinte, a submete a um processo de cristalização ou de folclorização. (GOMES, 2003)

Não podemos, entretanto, como reitera Gomes, folclorizar o negro dentro das temáticas desenvolvidas, mas sim envolvê-lo e relacioná-lo às demais que constituem a “espinha dorsal” da formação do povo brasileiro.

Só assim, teremos a possibilidade de começar, mesmo timidamente, um trabalho que venha ao encontro do que os documentos oficiais indicam, assim como os referenciais apontam, deixando de lado, práticas reforçadoras do preconceito e do racismo.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os desafios até que a Lei 10.639/03 seja de fato implementada nas escolas, porém muito se tem avançado nas discussões acerca da temática que ela aborda. Antes, tal temática estava invisível e agora não se trata apenas de uma lei imposta, mas sim de uma tomada de ações e de posicionamentos, tirando o professor do lugar-comum em sala de aula e em relação aos conteúdos abordados, em busca daquilo que realmente é importante: uma discussão social e racial, disposta a inserir todos os sujeitos no contexto escolar e social.

Torna-se fundamental inserir, tanto na relação ensino-aprendizagem quanto nos procedimentos didático-pedagógicos, ações concretas nos ambientes escolares e, sobretudo, na prática docente em sala de aula, do uso adequado e pertinente dos materiais didáticos disponíveis que contemplem a cultura afro-brasileira. Por isso, se faz necessário introduzir livros didáticos que tragam uma visão crítica da temática da história africana e da cultura afro-brasileira, de modo a que o docente promova a reflexão crítica e as ações que alterem as propostas pedagógicas que tenham elementos racistas ou discriminatórias, em termos sociais, culturais, de gênero. É importante que o professor saiba promover a pesquisa para a obtenção de materiais simbólicos que contribuam de modo positivo para a compreensão dos valores e da complexidade histórico-cultural da identidade negra, principalmente, nos procedimentos realizados em sala de aula, mediados pelas relações interpessoais.

Torna-se fundamental, também, discutir, pesquisar, debater e, ao mesmo tempo, criar novos procedimentos didático-pedagógicos, por meio dos quais possamos relacionar cultura, escola e diversidade étnica e cultural, principalmente tomando esta perspectiva metodológica a fim de incluir a temática afro-brasileira no sentido de ser um direito social.

Para tanto, é necessário que os professores contribuam com a criação de materiais didáticos, novos métodos e práticas pedagógicas em seus ambientes escolares, porém, vinculando os ambientes, as imagens afirmativas, os valores, as culturas e as identidades provenientes de ambientes não escolares, a fim de desconstruir as imagens negativas e depreciativas elaboradas a partir de uma visão preconceituosa e falsa acerca dos grupos étnico-raciais situados numa relação desigual de poder na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Zito. **Vista minha pele**. CEERT, 2003.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. 1. Ed. São Paulo, IPEB Nacional, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. SEPP/IR. INEP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236171>. Acesso em: 14 set. 2010.

FILHO, Rubem. **Pretinha de neve e os sete gigantes**. 1. Ed. São Paulo, Paulinas, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 7.ed. São Paulo, Ática, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma L. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma Breve Discussão**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, Luiz Alberto O. Negros e Educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 3. ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

JOVINO, Ione da Silva. **Literatura Infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. (Org). Literatura Afro-brasileira. Salvador: Centro de estudos afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

PIAGET, Jean. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Disponível em Biblioteca do Rooda: <https://www.ead.ufrgs.br/rooda/rooda.php>. Biblioteca da Interdisciplina: Desenvolvimento e aprendizagem sob enfoque da Psicologia II. Acesso em: 16 Nov. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura Infantil e Ideologia**. São Paulo: Global, 1985.

ZILBERMANN, Regina; Lajolo, Marisa. **Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos**. 3. ed. São Paulo: Global, 1988.

## ANEXO A

### PROJETO

Já é sabido que a escola é espaço de socialização entre indivíduos, onde se estabelecem relações de convívio social, por isso através das múltiplas interrelações, os alunos desenvolvem o senso crítico, aprendem valores éticos e morais que regem a sociedade, para isso também serão trabalhadas as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

É na escola que aprendemos a conviver com as diferentes formas de agir e pensar, portanto ela deve refletir a diversidade. Entender, conceituando-a a partir dos resultados encontrados nas relações dos grupos, a diversidade implica em conceituar identidades e diferenças, pois, estas acontecem a partir dos resultados e encontros das relações dos grupos.

De acordo com os estudos de Tomaz Tadeu da Silva (2000), a identidade é aquilo que nos define e nos distingue de outro, ou seja, por características físicas, psicológicas, ou por representar algo, por exemplo, ser criança, ser adulto, ser adolescente, ser menino e ser menina. As identidades estão sempre em construção, em processo de produção, inacabadas. Tal discussão torna-se relevante na medida em que a escola se torna referencial ativo na constituição de identidades e definição de diferenças.

Identidade e diferença são inseparáveis, na medida em que, a diferença se traduz na tomada de referência de si para com o outro. Tomamos como correto, normal e aceitável sempre a partir de nossas perspectivas, a partir daquilo que nós mesmos consideramos o padrão, passando a designar o outro como diferente. A identidade está sempre em relação com aquilo que não se é. Por serem produzidas a partir das relações sociais, as identidades estão propensas às relações de poder.

Sobre isso, Jussara Hoffman afirma que:

"...um olhar de respeito às diferenças dos alunos significa essencialmente a tentativa de conhecê-los e admirá-los em sua singularidade, muito mais do que encontrar meios ou critérios para argumentar sobre o seu desempenho ou rentabilidade em comparação com os demais".

Reconhecendo a escola como espaço sociocultural em que diferentes presenças se encontram é preciso questionar-se:

- Será que essas diferenças são respeitadas?
- Estamos preparados para lidar com a diversidade?
- De que formas podem contribuir para a formação da identidade de nossos alunos?



Refletir sobre a função social da escola hoje e a diversidade, significa, não só reconhecer as singularidades e diferenças, mas respeitá-las e aceitá-las, e colocá-las em pauta no dia-a-dia. A escola tem como responsabilidade ampliar os horizontes culturais e expectativas dos alunos numa perspectiva multicultural. Desconsiderar a importância da diversidade nos currículos é contribuir para o processo de desigualdade social.

Construir uma escola renovada, baseada na democracia, pluralidade e inclusão, onde todos envolvidos no processo educativo se sintam valorizados e respeitados em suas especificidades tem sido um desafio daqueles comprometidos com a transformação. Neste momento, torna-se indispensável à sistematização e desenvolvimento de projetos pedagógicos que norteiem tal tarefa. De acordo com Jaqueline Moll, (2005)

"O que torna uma escola inclusiva é sua disposição em reconhecer e valorizar as diferenças, a incompletude, a singularidade dos seres humanos e seu compromisso concretizado em práticas pedagógicas cotidianas, permanentemente reafirmadas, com o desenvolvimento do espírito da solidariedade, fraternidade, cooperação e coletividade".

O projeto de trabalho da Escola Paulo Beck tem como objetivo geral despertar na comunidade escolar o prazer de aprender e o desejo de estar na escola, ressignificando a ação educativa e promovendo o exercício da cidadania.



**Você tem dúvidas a respeito de suas atribuições?**

Consulte o Plano de Carreira de Funcionários do Município de São Leopoldo e o Plano Político Pedagógico.

